

AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE CONQUISTA E INCORPORAÇÃO DO MARANHÃO: OS INDÍGENAS E AS EXPEDIÇÕES DE AIRES DA CUNHA E DE PERO COELHO DE SOUSA

Guarda-Marinha (IM) Raphael Rebouças Santana Silva

1. INTRODUÇÃO

O século XVII se caracteriza pelas diversas expedições de conquista no Novo Mundo. Portugueses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, amparados pelas coroas ou pelas suas próprias fazendas, lançam-se sob o Sol dos trópicos em busca de riquezas e de estabelecerem seus interesses no Maranhão. Os indígenas, que tinham o conhecimento da terra e suas características, foram fundamentais no processo de conquista e territorialização. Nesse contexto destacam-se indivíduos que tiveram contato com os índios, aprendendo os costumes e as especificidades da região setentrional do atual Brasil, a exemplo de Jerônimo de Albuquerque. Aqueles que conseguiram a estima e o apoio dos indígenas tinham não apenas o apoio do povo da terra, mas também buscaram o reconhecimento de seus serviços pelas coroas europeias.

O termo “conquistar”, de acordo com o dicionário do padre Raphael Bluteau, significa “adquirir por armas o Senhorio de alguma terra, Região, Reino, &c”.¹ Nas primeiras décadas do século XVII, todavia, alguém poderia se tornar senhor da terra em nome do Rei antes mesmo de se tornar possuidor dela, *de fato*. Tal cenário era consequência do empenho das Coroas europeias em expandir sua influência e possessões em áreas comuns no Novo Mundo, o que culminou na corrida dos exploradores e particulares, a fim de encontrarem riquezas e ascenderem socialmente. Quem chegasse primeiro às terras e nelas se estabelecesse, poderia encontrar dois grandes problemas: os indígenas e as investidas de inimigos. Considerado como ponto de partida da conquista dos sertões pelos portugueses

e franceses, os seiscentos se tornaram decisivos para a futura consolidação dos Estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará, fundado em 1621.

A historiografia utilizada neste artigo revisita o período das Jornadas do início do século XVII sob diferentes prismas: os trabalhos mais recentes, como “Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”² e “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica”³ investigam os projetos de ocupação europeus e as questões ibéricas envolvidas na concepção do governo maranhense. As principais fontes são a *Correspondencia*⁴, *Jornada do Maranhão*⁵, *Livro Primeiro do Governo do Brasil*⁶ e *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*⁷, dentre outras que serão elencadas no decorrer do presente trabalho, mostram as visões de autores que estiveram presentes no processo de conquista exercendo variados papéis na administração luso-espanhola e francesa. Governadores, militares, padres e

² CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. *Para aumento da conquista e bom governo dos moradores*. Niterói: PPGH-UFF, 2011. Tese (Doutorado em História Social).

³ CARDOSO, Alírio. “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n° 61, p.317-338, 2011.

⁴ BOTELHO, Diogo. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, 321p.

⁵ MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão*. Edições do Senado Federal, 2011, 174p.

⁶ *Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607-1633)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1958, 463p.

⁷ D’ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Tradução de Cezar Augusto Marques. Maranhão: Tipografia do Frias, 456 p.

¹ Em todo o artigo, optou-se por empregar a grafia original, como está na documentação.

outros agentes dessa sociedade revelam a trama de interesses que percorria não apenas o centro da administração do governo, mas de todo um complexo de forças que também envolvia a Companhia de Jesus e a emergente nobreza da terra. Em um tipo de relato com a predominância do narrador-onisciente, contar a história desse período era um exercício no qual o autor descrevia os atos e fatos da conquista de forma impessoal; contudo, ao rogar por prerrogativas ao rei, os autores inserem-se na história em busca de mercês e destaque na administração colonial.

O presente trabalho tem como objetivo investigar, em primeiro lugar, as ações da Coroa Portuguesa destinadas à conquista do Maranhão, com destaque para as expedições de Aires da Cunha e de Pero Coelho de Sousa. Em segundo lugar, o artigo procura demonstrar como as circunstâncias exigiram que houvesse não apenas alianças com os indígenas, mas também um debate em torno do seu lugar na sociedade que se pretendia estabelecer. Liderar indígenas, contudo, era visto sob óticas diferentes pelos sertanistas e autoridades e disso resultaram conflitos de jurisdição acerca dos projetos de inserção desses indígenas na sociedade que se formava do início do século XVII.

2. AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE OCUPAÇÃO DO MARANHÃO

2.1 A expedição de Aires da Cunha

A primeira tentativa de ocupação do corredor Parahyba – Rio Grande – Siará – Maranhão data de 1535, fruto da doação de uma capitania de D. João III a João de Barros (o cronista português) e ao Capitão-Mor Aires da Cunha. Aos dois, coube a administração de territórios da região que atualmente compreende o Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.⁸ Ao cronista também coube a administração de terras do Maranhão nas imediações da Ilha de São Luís, inclusive. Ao Capitão, incumbiu-se a administração da área do Maranhão a oeste, com limite no meridiano de Tordesilhas. Tal região era vista com cautela pela Coroa portuguesa, pois continha o delta do rio Amazonas,

que era de interesse de França, Inglaterra e Holanda⁹. De leito navegável, o Amazonas era um imenso canal que ligava a parte setentrional do continente luso-espanhol às posses do Vice-Reino do Peru¹⁰. Destaca-se também que:

Raleigh (explorador inglês) não só reconhece a imensa capacidade de navegação dos rios da região, como também trata de aumentar as expectativas sobre a existência de lendárias riquezas na cidade dourada de Manoa.¹¹

A cidade de Manoa a que Alírio Cardoso se refere é a mítica cidade de Eldorado, que se acreditava ser rica em metais preciosos. Conta o mito que um índio, ao falar sobre suas terras ao Rei (nativo) de Quito, cita um cacique que tomava banho em uma lagoa com ouro¹². A verossimilhança da lenda, então, torna-se interesse dos exploradores espanhóis, conhecimento de oitiva fundamental para a exploração da Bacia Amazônica pelos não-signatários do Tratado de Tordesilhas.

A missão colonizadora de Aires da Cunha e João de Barros contava com recursos e com seus próprios filhos, João e Jerônimo, além do próprio Capitão-mor, que chefiou uma robusta força que contava com “noventa e cinco homens, cento e treze cavalos, e uma esquadra de navios”¹³, e pujança de unidades e frotas que “nunca saiu deste Reino”.¹⁴

Tal esforço foi um desastre, para infelicidade de Aires da Cunha, pois os navios sofreram com os fortes ventos e naufragaram nos parciais à vista da Ilha de São Luís. Dos naufragos que sobreviveram ao ataque dos índios

⁹ CARDOSO, *op. cit.*, passim.

¹⁰ FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitania história da guerra brasílica: A puríssima alma e savdosa memoria do serenissimo principe Dom Theodosio Principe de Portugal, e Principe do Brasil*. Lisboa: Officina de Joam Galram, 1675. 600 p.

¹¹ CARDOSO, *op. cit.*, p. 323

¹² LANGER apud ALÉS & PUYLLAN. LANGER, Johnni. “O mito do eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano (século XVI)”. *Revista de História*, Curitiba, n. 136, p. 25-40, 1.sem 1997.

¹³ FREYRE, 1675, p. 45.

¹⁴ BARROS, (1552). Transcrição minha.

⁸ Mapa-múndi de Batolomeu Velho (1561).

“Pitaguaras”¹⁵ (potiguaras), a maioria fugiu para a vizinha Ilha do Medo. A historiografia não aponta nenhum tripulante que soubesse a língua dos nativos, o que poderia ter revertido parte do infortúnio da campanha.

Os relatos sobre o desfecho de Aires da Cunha se dividem: a principal corrente do livro *Corografia Paraense* defende que o Capitão-mor falece no naufrágio¹⁶, mas o mesmo livro cita outra fonte¹⁷ que relata que o dito Capitão fugiu em um navio corsário com destino a Lisboa, sem detalhar o que houve quando Aires da Cunha chegou a solo português. O fracasso dessa jornada afugentou os investimentos portugueses e, se sucedesse uma possível aparição de Aires, possivelmente sua credibilidade estaria em risco. Portanto, coube à morte concedê-lo o heroísmo. Das duas versões, um fato: a história feita para El-Rei conta as vitórias com lirismo, mas o hiato prevalece para a derrota dos seus.

Decerto, um dos mais prejudicados da campanha foi João de Barros, que mais do que todo seu investimento na conquista, perdeu seus dois filhos; “na memória eu o tenho bem vivo, por quam morto me deixou o grande custo d’esta Armada sem fructo algum”¹⁸.

2.2 Expedição de Pero Coelho de Sousa (1603)

Após o fracasso de Aires da Cunha, houve um espaço de meio século de tentativas frustradas. Pode-se mencionar, por exemplo, a de Luís da Silva Mello, que falhou duas vezes: na primeira, as correntes marítimas o levaram a foz do Amazonas. Enganado pelos “companheiros de Orellanas”¹⁹, o explorador volta a Lisboa com a “novidade” das vultosas riquezas naturais do Amazonas. Reúne tropas, frotas e a cessão de João de Barros da Capitania do Maranhão, mas sua expedição falha devido ao mesmo motivo de Aires: naufragou nos parciais de São Luís.

Pero Coelho de Sousa, “heroe de feitos guerreiros notáveis na África e no Levante”²⁰ propõe ao então

Governador-Geral Diogo Botelho uma expedição menos onerosa que as anteriores, que percorresse a faixa litorânea até chegar ao Amazonas, levantando informações sobre possíveis minas de metais preciosos e instalações inimigas, com a condição de que o militar fosse nomeado Capitão-mor.

Com um exército formado predominantemente por índios (“80 homens brancos e quase 800 índios”)²¹ – e que não contou com soldados do rei –, a econômica expedição foi aceita pelo Governador-geral, e ratificada em assembleia com os altos oficiais do Governo-geral, dentre eles Diogo de Campos Moreno, “capitão e sargento-mor daquele Estado [do Brasil]”²². Enviado da Coroa, o sargento-mor seguia “de perto as designações do governador pelo tempo que o Monarca desejasse”²³. A Jornada do Maranhão nos mostra que o sargento-mor não apenas seguia de perto as designações e ordens do Governador, mas também se apropriava de todo um conhecimento gerado pelo processo das conquistas dos capitães-mores. Influenciava as decisões desses Capitães, mas também era influenciado por elas, como ocorreu posteriormente com a experiência de Jerônimo de Albuquerque.

De acordo com a estrutura hierárquica da época, Pero Coelho de Sousa era Capitão-mor do Ceará, administrador-militar responsável pela região. Prestava serviço diretamente ao Governador-Geral. Abaixo dele, encontrava-se o sargento-mor e capitão de companhia²⁴, mas a participação do sargento-mor Diogo de Campos Moreno em reuniões decisivas, vistas nos trabalhos de Carlos Studart Filho²⁵ e da *Correspondência*, de Diogo Botelho²⁶ indicam que Diogo de

ta do Instituto do Ceará, 1936, p.14.

²¹ MORENO, *op. cit.*, p.29.

²² *Ibidem*, p.29.

²³ JÚNIOR, Mário Martins Viana. “A expedição de Pero Coelho de Sousa em 1603”. In: OPSIS, *Catalão* (org.), v. 13, n. 2, p. 150-172 - jul./dez. 2013, p. 155.

²⁴ ROCHA, Rafael Ale. A elite militar no estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII). Niterói: PPGH-UFF. Tese de Doutorado em História Social.

²⁵ FILHO, *op. cit.*, p.15.

²⁶ *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, tomo LXXIII, parte I, p. 19.

¹⁵ SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Corografia paraense*. Bahia: Tipografia do Diário, 1833, p.173.

¹⁶ *Ibidem*, p.173

¹⁷ SILVA, *op. cit.*, p.172.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ SILVA, *op. cit.*

²⁰ FILHO, Carlos Studart. “A Bandeira de Pero Coelho”. In: *Revis-*

Campos, mesmo sendo sargento-mor, possuía influência no governo do Brasil análoga ou maior que a de seus pares.

Para fazer jus ao posto de Capitão-mor, Pero Coelho, contudo, deveria seguir as determinações de Diogo Botelho. Dentre elas, destacam-se:

“(…) Por todas as vias procurará paz e não consentirá que pessoa alguma que língua da terra falle com o gentio sem sua ordem e linguagem, porque desse inconveniente tem a experiência mostrado perderem-se muitos capitães e assolar-se muito gentio, por inimizades os taes semeiam; (…) fará povoação e fortes nos logares ou portos que melhores lhe parecerem, procurando a amizade dos índios, oferecendo-lhes paz e a lei evangelica, sem os induzir nem prometter cousa que se não lhes cumpra; (…) procurará que em cada aldeia que receber a paz, se levante uma cruz com muito acatamento e veneração, declarando-se o mysterio della; (…) procurará a união de um gentio com outro e sendo offendido de alguma contra razão se poderá defender si offendel-o, procurando o melhor modo que puder para sua redução; usará nas cousas repentinas do que melhor lhe parecer conforme o tempo e a ocasião, eleando por fundamento a ampliação da fé catholica e a paz que conforme os serviços que a Sua Magestade nisto fizer, valerá de Sua Magestade as mercês devidas”²⁷.

A expedição de Pero Coelho de Sousa parte em 1603 tendo duas frentes, diferentemente das tentativas anteriores de conquista: um desdobramento marítimo, que levava os víveres e munição, e um desdobramento terrestre, composto pelos sertanistas. O novo procedimento foi fruto sua própria experiência em tentar chegar ao Maranhão por mar; mas, assim como as anteriores, a intenção foi frustrada²⁸.

²⁷ FILHO, p. cit., p.17-18 (grifo meu).

²⁸ FIGUEIRA, Luiz; PINTO, Francisco. “O mais antigo documento existente sobre a História do Ceará”. Transcrição de Barão de Studart. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1903, p. 53.

A empresa contou com a presença do língua Manoel de Miranda, homem de confiança de Diogo Botelho, e com a suposta presença de armas de Diogo de Campos Moreno.²⁹ Sabendo da importância do aprendizado da língua dos índios e sua influência no processo de contato com os “gentios”, da experiência que o sertão proporcionaria naquela entrada, e das possibilidades de ascensão social, caso a missão lograsse êxito, o Sargento-mor do Estado enviou seu sobrinho, Martim Soares Moreno. Os jesuítas Pinto e Figueira (1903) afirmam que Diogo de Campos Moreno não foi à expedição, já que, segundo o relato do próprio Sargento-mor, ele “havia mandado” Martim Soares Moreno com Pero Coelho de Sousa e não que o levara consigo para a expedição. Esse argumento retórico, no entanto, não corresponde com o documento *O mais antigo documento existente sobre a historia do Ceará*. Segundo Pinto e Figueira, “A Otuimiri chama Diogo de Campos de grande piloto da costa, sem o qual Pero Coelho não fizera nada”³⁰.

O próprio Moreno escreve que, “por ordem do dito governador, foi fazer esta expedição Diogo de Campos Moreno, capitão e sargento-mor daquele Estado, por obrigação do cargo, e porque juntamente foi visitar aquelas fortalezas”³¹. Mais do que visitar, João Lúcio de Azevedo (1893) afirma:

Organisou-se para esse fim uma expedição, indo por chefe d’ella o dito Diogo de Campos; mas os resultados não corresponderam à expectativa, por isso que os exploradores nunca puderam passar além da serra de Ibiapaba.

De fato, Moreno relata as irregularidades da expedição de Pero Coelho, analisadas adiante; no entanto, não as detalha nem interfere nas mesmas, assim como ele entrevistou *in loco* quando necessário na expedição de Jerônimo de Albuquerque Maranhão³². Sendo homem de confiança do Governador-geral e da Coroa luso-espanhola, qualquer contratempo posto em seu nome poderia fragilizar sua posição dentro da administração ultramarina.

²⁹ MORENO, *op. cit.*, p. 29.

³⁰ FIGUEIRA & PINTO, *op. cit.*, p. 53.

³¹ MORENO, *op. cit.*, p. 29.

³² *Ibidem*, p. 74 e 75.

O Capitão-mor reforça suas tropas convocando índios do Jaguaribe. Destacou sua atitude proveitosa, já que, ao encontrar um índio capturado, “encheu de presentes e o mandou à sua tribo, a fim de predispor o animo dos companheiros em favor dos portugueses”. Com o acréscimo dos nativos de Jaguaribe à sua guarnição, marchou até a serra de Ibiapaba³³, onde foi recebido pelas flechas tabajaras e pelos mosquetes franceses de Mr. Bombille. As forças de Pero Coelho, todavia, eram mais fortes e tomaram posse daquele rincão. Os franceses fugiram junto com o cacique Diabo Grande, líder daquela tribo e se fortificaram em outra tribo próxima, a do líder Mel Redondo. Não obstante, as tropas de Pero Coelho tomaram a cerca montada pelos índios e o explorador começou a cativar os caciques e toda a sorte de índios que encontraram. Ao instalar um arraial às margens do rio Arabê, cativa Ubaúna, chefe nativo que “gozava de geral estima em todas as tribus da serra de Ibiapaba”³⁴. Sua influência naquela região era tão relevante que, após ser liberto, seus índios resignaram qualquer retaliação.

A serra fica no limite dos atuais estados do Ceará e a faixa litorânea do Piauí, contudo a longa campanha não contava com mantimentos suficientes. O municiação, segundo o Sargento-mor do Estado, “não foi largo como convinha”. Além da escassez de víveres, os sertanistas tiveram suas expectativas frustradas em tomar qualquer riqueza dos nativos, pois estes não acumulavam metais preciosos como os citados nos mitos de Eldorado. Sem embargo, o Capitão-mor forçava avançar até o Maranhão, mas sua tropa se revoltou à vista do Rio Parnaíba, ameaçando-o de morte³⁵. Studart Filho aponta que foi “o temor de afrontá-las [as desconhecidas terras além do rio Parnaíba] que desencadeou a revolta”. Destaca-se, entretanto, que o grupo já se encontrava estafado após a batalha de Ibiapaba e frustrado por não chegarem a “terra prometida”.

É curioso observar a que ponto se chegou à formação dos regimentos, que não se enquadravam

exatamente nem como mercenários, nem tampouco como oficiais. Uma milícia formada por homens que não eram subordinados ao governo “se ofereceu à jornada à sua custa”³⁶. Seguiram para uma expedição na qual devem ir para um local desconhecido, sem ter nenhuma compensação financeira; aliás, buscavam a compensação nos locais que conquistariam, teoricamente observando as determinações do Governador-geral. Mesmo que seus homens fossem voluntários, Pero Coelho não assumiu os riscos de manter um destacamento heterogêneo acima de seus interesses. Ainda que ganhasse Ibiapaba, ponto mais remoto conquistado por terra, o explorador teve seu poder deteriorado pela recusa de sua tropa em avançar. Essa foi a primeira derrota para a sua imagem de capitão-mor³⁷. A Martim Soares Moreno, jovem citado anteriormente, enviado por Diogo de Campos, coube a estima dos indígenas de Ibiapaba, pois “sea procedimento contrastava com os de Pero Coelho”³⁸; aprendeu a língua dos índios e sua cultura, assim como participava dos costumes das tribos. Percebe-se aqui a construção da posterior influência de Martim Soares Moreno no Governo-Geral. Parente de um funcionário da Coroa, participa de expedições pelos sertões e não só aprende a língua dos índios, bem como obteve a estima dos mesmos, aspectos importantes para o êxito em missões tão arriscadas para a fazenda dos “investidores” e para consideração de Sua Majestade, que poderia virar senhor de mais um povo.

Diretamente, os índios de Ibiapaba se afastaram do contato com os portugueses. Indiretamente, os indígenas influenciaram nas decisões da administração, visto no êxito do contato dos nativos com Martim Soares Moreno. Com a evolução de sua experiência pelo interior e participação nas conquistas, torna-se posteriormente Capitão-mor do Ceará. Em detrimento do contato improfícuo com os indígenas de Ibiapaba, uma sucessão de eventos leva ao início do declínio da posição de Capitão-mor de Pero Coelho.

Após o fracasso de Ibiapaba, Pero Coelho retorna ao Ceará conquistado e funda a vila Nova Lis-

³³ ou Buapava, *ipsis litteris*.

³⁴ MASCARENHAS, Annibal. *Curso de Historia do Brasil*. Rio de Janeiro. Livraria do Povo, 1898, p. 356.

³⁵ *Ibidem*, p. 356.

³⁶ MORENO, *op. cit.*, p. 29.

³⁷ FILHO, *op. cit.*, p. 28.

³⁸ *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, Anno XVII, p. 178.

boa. Mantendo suas forças naquele arraial, tenciona retornar às expedições. Com objetivo de reaver suas riquezas, o potentado escraviza e vende não apenas os índios que cativou, mas também aqueles que lutaram ao seu lado em Ibiapaba³⁹, indo de encontro à confiança que os nativos depositavam nele, mas também ao acordado em sua carta-patente de capitão-mor no que tange ao aprisionamento de indígenas. Indo de encontro ainda às ordens do Governador-geral, a venda e escravização de indígenas não era objetivo da Coroa luso-espanhola, mas sim a catequese. Tal ponto era tão sensível que o Governador-geral teve de que se explicar ao rei Filipe III por carta o fato e determinar as devidas resoluções do caso. Como parte das resoluções, é citado na *Correspondência* de Diogo Botelho⁴⁰ um alvará que tratou do impasse gerado por Pero Coelho, determinando que fosse criada uma jurisdição específica para a questão indígena.

Pero Coelho volta à Paraíba para levantar recursos, vender os índios cativos e levar sua família para a segunda jornada. Envia uma carta pedindo ajuda a Diogo Botelho, mostrando-lhe os sucessos da entrada; e envia ao Governador franceses e indígenas prisioneiros de guerra. Conquanto que o governador já tinha ciência dos fatos ocorridos em Ibiapaba, Diogo Botelho considerou ajudá-lo na conquista e na problemática dos indígenas aprisionados. A questão foi levada à conselho “de letrados em Pernambuco”, que autorizou a posse e a venda dos mesmos, pois julgaram ser cativos de guerra⁴¹. O Governador-geral, contudo, tinha um entendimento diferente do Ouvidor-Geral e dos outros magistrados e por isso não executou a deliberação. Diogo Botelho, então, remeteu uma carta ao Rei Filipe III, que responde favoravelmente à ilegitimidade do apresamento dos índios no caso de Ibiapaba. O monarca, no entanto, cobra sobre o “governo de aldeias dos índios”, para que se estabelecesse uma jurisdição acerca dos nativos.

Pero Coelho parte para a sua segunda jornada, com a esperança de retornar a Nova Lisboa e avançar

na entrada do Maranhão, solicita tropas e víveres ao Governador-Geral. Diogo Botelho, no entanto, envia outros tipos de reforços ao Jaguaribe: padres jesuítas⁴². Verifica-se aqui o início de uma tentativa de pacificação com os índios; a espera pelo apoio que nunca chegou ao Ceará exauriu qualquer esforço de avanço ao Maranhão⁴³, fazendo com que o capitão-mor, a família e os colonos de Nova Lisboa iniciassem uma “peregrinação” no sertão rumo a Paraíba, no qual muitos morreram de inanição, inclusive o filho mais velho de Pero Coelho. O explorador retornou à Lisboa, passando os últimos anos da sua vida solicitando sem sucesso as mercês de seus serviços.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou demonstrar, inicialmente, como a alargada região que, a partir de 1621, compreendeu o Estado do Maranhão e Grão-Pará (correspondentes, nos dias de hoje, grosso modo às partes setentrionais do Brasil) tinha sua geoestratégia reconhecida pela Coroa lusa. Já no século XVI e no início da centúria seguinte, diversas expedições procuraram incorporar essa região aos espaços de jurisdição da Monarquia. Nesse contexto, verifica-se que os projetos de conquista do Maranhão, pela ótica ibérica, combinavam interesses de particulares e dos Governadores-Gerais, além de sofrerem a influência dos atores circunjacentes à Administração Colonial, como os religiosos.

Mas o alargamento dos espaços, as características geográficas e as guerras contra outros europeus obrigaram ao relacionamento com os indígenas. No século XVII, as diversas interpretações acerca do lugar desses indígenas na organização social que estabelecia no Maranhão foram pontos de controvérsia nas diferentes esferas de poder. Como visto anteriormente, houve um contraste de juízo por ocasião da apreciação do apresamento e venda de índios por parte de Pero Coelho, e as deliberações de cada parte – Ouvidor-Geral e Governador-Geral – revelam o desacordo entre os poderes da Administração da Coroa, explicitando seus conflitos de jurisdição. Essas dúvidas e controvérsias não se encerraram nesse contexto, atravessando praticamente toda a experiência da colonização.

³⁹ MASCARENHAS, *op. cit.*, p. 358 e, ainda, MORENO, *op. cit.*, p. 30.

⁴⁰ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXIII, parte I, p. XXXI-XXXII.

⁴¹ Correspondência de Diogo Botelho. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXIII, parte I, p. 9.

⁴² *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, ano XVII, p. 61.

⁴³ MASCARENHAS, *op. cit.*, p. 358.

Em 1615, após os sucessos militares de Alexandre de Moura e de Jerônimo de Albuquerque contra os franceses, a Coroa busca empreender a colonização a partir de alguns núcleos, como São Luís e Belém. Mas não apenas a conquista militar somente foi executável graças às alianças e negociação com os indígenas, como também a própria permanência da presença lusa na região.

4. REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, João Teixeira. *Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará*. [S. l.: s. n.], 1629. 1 atlas. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervodigital/divcartografia/cart555828/cart555828.htm>. Acesso em: 15 maio 2020.
- BEZERRA, Antonio. Dúvidas Históricas: A Cesidio de Albuquerque Martins Pereira. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, Ceará, ano X, p. 5-35, abril 1896.
- _____. *Lingua Indígena: O nome – Ceará. Revista da Academia Cearense*, Fortaleza, ed. 6, p. 115-134, 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=166731&pagfis=1030>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- BITTENCOURT, Armando de Senna; LOUREIRO, Marcello José Gomes; e JUNIOR, Renato Jorge Paranhos Restier. Jerônimo de Albuquerque e o comando da força naval contra os franceses no Maranhão. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 13, p.77.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.
- BOTELHO, Diogo. Correspondencia de Diogo Botelho. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LXXIII, parte I, p. 1-258, 1910.
- CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 317-338, 2011.
- CAZAL, Manoel Ayres de. *Corografia Brasílica: Relação Historico-geographica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], [184-]. 335 p.
- CLAUDINO-SALES, Vanda; LIRA, Maria Valdete. Megageomorfologia do Noroeste do Estado do Ceará, BRASIL. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 12, ed. 38, p. 200-209, jun 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16343>. Acesso em: 4 ago. 2020.
- _____. *O uso de SIGS na análise da evolução morfoestrutural no noroeste do Estado do Ceará, nordeste do Brasil*. [...]. Simpósio Nacional De Geomorfologia, 9º, Rio de Janeiro: [s. n.], 2012.
- CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitânicas hereditárias. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 21, n. 2, jul/dez 2013.
- CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. *Para aumento da conquista e bom governo dos moradores*. Orientador: Maria Fernanda Baptista Bicalho. 2011. 300 p. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitânicas, 1654-1681. *Topoi: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, jul./dez 2015. DOI 10.1590/2237-101X016031007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2015000200515&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 8 maio 2020.
- FIGUEIRA, Luiz; PINTO, Francisco. O mais antigo documento existente sobre a historia do Ceará. Transcrição de Barão de Studart. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1903, p 51-96.
- FILHO, Carlos Studart. A Bandeira de Pero Coelho. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano L, p. 15-37, 1936.
- FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitania História da Guerra Brasílica: A purissima alma e savdosa memoria do serenissimo principe Dom Theodosio Principe de Portugal, e Principe do Brasil*. Lisboa: Officina de Joam Galram, 1675. 600 p.
- GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *As milicias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Orientador: Maria Fernanda Baptista Bicalho. 2009. 273 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- LANGER, Johnni. O mito do eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano (século XVI). *Revista de História*, Curitiba, n. 136, p. 25-40, 1.sem 1997.

MAIA, Lígio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba: De aldeia à vila de índios : vassalagem e identidade no Ceará Colonial - Século XVIII*. Orientador: Maria Regina Celestino de Almeida. 2010. 409 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MASCARENHAS, Annibal. *Curso de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria do Povo, 1898.

MARTINS, Dayse Marinho. *Das trevas da ignorância à civilização: os Capuchinhos e a educação pela fé na França Equinocial (1612 – 1615)*. Orientador: Maria de Lourdes Lauande Lacroix. 2008. 75 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Brasil). Seção de Publicações do Serviço de Documentação. *Livro Primeiro do Governo do Brasil: 1607-1633*. [S. l.]: Departamento de Imprensa Nacional, 1958. 1-463 p.

MORENO, Diogo de Campos. *Jornada do Maranhão*. Edições do Senado Federal, 2011, 174p.

OBERMEIER, Franz. Documentos inéditos para a história do Maranhão e do Nordeste na obra do capuchinho francês Yves d'Évreux capuchinho francês Yves d'Évreux Suite de l'histoire (1615). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnographia*, Belém, v. 1, n. 1, p. 195-251, jan/abr 2005

RAMINELLI, Ronald. Nobreza e principais da terra: América Portuguesa, séculos XVII e XVIII. *Topoi: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 19, ed. 38, p. 217-240, maio/ago 2018. DOI 10.1590/2237-101x01903809. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000200217&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 24 abr. 2020.

ROCHA, Rafael Ale. *A Elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII)*. 2013. 330 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, 2013, 2013.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Corografia Paraense: Descrição Física, Historica, e Politica, da Provincia do Gram-pará*. Bahia: Typografia do Diario, 1833. 347 p.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *Historia Geral do Brazil*. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854. 496 p.

_____. Relação das Capitânias do Brasil. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo LXII, parte I, p. 1-34, 1900.